

O Significado da Avaliação

Angela Maria Dal Piva: Formada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar pela Universidade de Ijuí (UNIJUÍ - RS). Especialista em Metodologia de Ensino pela Universidade do Contestado de Caçador (UNC - SC) e mestra em Educação e Ensino também pela UNC em convênio com a UNICAMP. Professora e supervisora escolar, atuando na rede pública de Santa Catarina.
Endereço eletrônico: gulart@correios.com.br

Resumo: Este artigo propõe uma avaliação da aprendizagem que envolva uma dinâmica entre professor e aluno com mais ênfase no processo do que no resultado da aprendizagem. Avaliar faz parte do ato educativo, porém concebê-la na perspectiva sociointeracionista, requer o abandono da avaliação meramente classificatória. Nessa perspectiva, há de ter um caráter diagnóstico, o que significa não só verificar o aproveitamento do aluno como, sobretudo da eficácia da prática desenvolvida pelo professor.

Palavras-chave: Avaliação. Professor. Ensino.

Abstract: This article proposes an evaluation of apprenticeship that involves a dynamics between teacher and student with more emphasis in process than in result of apprenticeship. To evaluate does fraction of educating process however to understand that the apprenticeship happens by relationship that estabhishes with a society, it requests the disregard of evaluation only classified. In this view has a diagnostic character, that means no only to check the utilization of pupil, as over all teacher's the teaching action.

Key-words: Evaluation. Teacher. Instruction.

O Significado da Avaliação

Angela Maria Dal Piva

1 INTRODUÇÃO

Avaliar faz parte do ato educativo. Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para interferir, agir, problematizar, e redefinir os caminhos a serem percorridos. Portanto, rever o processo de avaliação, não significa analisá-lo isoladamente, e sim refletir sobre todos os aspectos que envolvem o ato pedagógico e a escola.

Entendendo dessa forma, rompe-se com as idéias cristalizadas de avaliação enquanto julgamento de resultados finais e irrevogáveis, para assumir sua função diagnóstica. O que significa dizer que assume o papel de instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem percorridos.

Avaliar diagnosticamente, não significa descomprometimento com sua prática, pelo contrário, exige do professor um rigor técnico e científico como forma de lhe assegurar um instrumento de tomada de decisão. A avaliação diagnóstica possibilita uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, permitindo uma "parada" para pensar a prática e a ela retornar.

A "parada" que a avaliação diagnóstica propõe, não significa somente um momento para analisar a situação de aprendizagem dentro da sala de aula, vai para além, inclui análise do currículo e da atuação da escola em relação ao seu projeto pedagógico. Assim, a avaliação torna-se um meio para obter informações úteis a respeito dos avanços feitos pelo aluno, e necessária às correções que possibilitarão alcançar o que se deseja.

Assim sendo, idéias concretizadas de avaliação centrada no sujeito que aprende, dão espaço para compreendê-la como um processo que ocorre a todo o momento e que envolve professores, pais, alunos e outros co-responsáveis pela ação educativa durante o processo de aprendizagem. Professor e aluno podem contar, no espaço de sala de aula, com importantes instrumentos que possibilitam levantar dados e avaliar seus processos de ensino e aprendizagem, tais como: a observação, o registro diário, a auto-avaliação e a reflexão constante.

A avaliação que envolve professor e aluno tem um caráter participativo, que possibilita a ambos dinamizarem oportunidades para que tomem consciência da evolução do ensino e da aprendizagem. É um momento de reflexão da ação para fazer e refazer caminhos numa permanente atitude investigadora frente ao conhecimento. Ao invés de mecanismos de controle e coerção, pode vir a funcionar como processo de apropriação do próprio trabalho que os agentes envolvidos realizam.

2 A AVALIAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO

Especificando mais a avaliação no campo da alfabetização, notamos que as formas tradicionalmente utilizadas partem de padrões de desempenho previamente estabelecidos a partir do domínio do sistema gráfico, até porque esta tem sido a expectativa das séries posteriores. Assim os alunos são classificados de acordo com padrões rígidos de ortografia, pois é esta a forma como a língua é trabalhada.

Porém, conceber a alfabetização na perspectiva sociointeracionista, entendendo-a como domínio da linguagem, requer o abandono da avaliação meramente classificatória. Nessa

perspectiva, há de ter um caráter diagnóstico, o que significa não só verificar o aproveitamento do aluno como, sobretudo da eficácia da prática desenvolvida pelo professor.

É importante considerar que, pelas experiências vivenciadas ou não, com a escrita no período anterior à escolarização, as crianças entram para a escola com as mais diversas concepções sobre a escrita. Enquanto para alguns, ainda são rabiscos ou desenhos desvinculados da oralidade, para outros elas já são uma possibilidade de registro, de comunicação.

Isso nos mostra que, não existe um mesmo ponto de partida. Cada criança traz uma experiência própria com a linguagem escrita e, por conseguinte, a avaliação em relação a um desempenho comum, é antes de tudo injusta.

Fica evidente então, que na avaliação o professor deve considerar, além da compreensão do aluno e as aquisições que conseguiu empreender, desde os primeiros dias de aula, também o processo de apropriação do aluno, considerando as possibilidades de permanente construção da escrita. Todavia, se por um lado o próprio aluno é parâmetro para avaliar o processo de aprendizagem, por outro, não se pode tomá-lo como único determinante. Outro aspecto fundamental que deverá orientar a avaliação é o próprio conteúdo trabalhado com ele, pois, o professor deve fazer uma avaliação cumulativa desde a compreensão da escrita em sua função social, do domínio progressivo de sistema gráfico da estruturação do texto, até a leitura coerente.

3 AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO

Os discursos e os estudos sobre a avaliação têm aumentado muito na literatura educacional. Observa-se nas escolas,

falas que se comprometem em avaliar não só pela prova, mas considerando todos os aspectos envolvidos no trabalho pedagógico. No entanto, comprova-se por inúmeros estudos, o quanto a avaliação ainda permanece como uma forma de manutenção de poder do professor perpetuando-se o grande cerimonial da prova.

Na vida escolar, o professor também exerce o papel de juiz que tem suas decisões baseadas, em grande parte, em parâmetros e regras que lhe são propostos ou mesmo impostos. O professor é obrigado a dar notas a seus alunos, mesmo que discorde desse procedimento.

Os órgãos públicos têm o direito de pedir que o professor avalie seus alunos e decida a respeito da formação deles. Porém, por outro lado, tem o dever de acatar o que o professor decidir, naturalmente exigindo dele competência, justiça, bom senso, tornando-o deste modo, livre e responsável pelo que faz.

Para prestar contas aos órgãos públicos, o professor precisa apenas traduzir sua avaliação em valores que lhe são solicitados. Ninguém lhe diz qual é a nota que determinado aluno deve receber, nem quantos por cento dos alunos de uma classe precisam aprovar ou reprovar. Por isso, acreditamos que o professor pode deixar de lado todo o cerimonial tradicional da avaliação com provas, testes, questionários, exercícios, etc. Em vez disto, pode usar uma avaliação abrangente que envolve toda a vida escolar do aluno, de modo particular seu desempenho nos trabalhos das disciplinas, tendo igualmente condições de avaliar o desempenho do aluno e decidir sobre sua promoção.

Na verdade, o ideal seria não haver notas em nenhuma situação, seria uma escola com promoção automática, sem seriação. Mas isso requer uma grande mudança não só nas leis como, principalmente, na cabeça das pessoas, sobretudo daquelas que há muitos anos lidam com os negócios da educação. Afinal, não se

muda a história nem a cabeça das pessoas somente com a publicação de uma lei.

A maneira tradicional de avaliar está intimamente ligada à promoção dos alunos. Toda nota que eles ganham é computada para o julgamento de promoção no final do ano. Ao observarmos com bastante atenção como as notas funcionam nas escolas, constatamos que grande parte dos professores não leva em conta o progresso do aluno quando atribui determinada nota a ele, mas apenas o desempenho do aluno em tarefas cuja avaliação de certo e errado, o professor pode traduzir em nota.

A promoção é condição para que o aluno possa ver coisas novas, participar de novas atividades educacionais e conseqüentemente, somar experiências novas à sua vida. A reprovação, fazendo o aluno andar de novo pelo mesmo caminho para ver se apresenta melhores resultados em suas tarefas de avaliação, é um meio de tirar do aluno a chance de percorrer um novo caminho para aprender.

Se em vez da nota, fossem realizados um acompanhamento do progresso dos alunos e um levantamento das possibilidades do mesmo de aprender mais, a tarefa escolar teria continuidade natural de um ano para o outro, de um professor para outro, e o aluno não precisaria justificar, em ocasiões especiais, com medo ou sem medo, os conhecimentos que a escola espera que ele domine.

A educação constrói-se pela reflexão de tudo e pelos resultados em segundo lugar. Por isso a avaliação deve estar voltada, em primeiro lugar, para a reflexão e, secundariamente, para o resultado. Escola é lugar de aprender, e aprender inclui "errar". Errar faz parte do processo e por isso o aluno não pode ser punido por algo que faz parte de sua vida como aprendiz.

Alguns professores têm dificuldades de deixar de lado a nota, porque para eles, o seu trabalho parece perder o sentido e a seriedade. Pensam que sem nota, os alunos vão fazer o que bem entenderem. Porém, essa é uma visão distorcida: a escola continuará ensinando e os alunos continuarão aprendendo, mesmo sem nota. A escola existe para isso. Se as notas forem tiradas das escolas, os alunos perceberão que estudar dá trabalho, exige seriedade, portanto é da responsabilidade de cada um. Quanto ao professor, compromete-se em desempenhar seu papel de mediador e interventor com mais seriedade e competência pedagógica.

4 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. e MARQUES, M. L. **Alfabetização hoje**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CAGLIARI, L. C. Avaliação e promoção. **Jornal do alfabetizador**. Porto Alegre, RS: KUARUP, ano VIII, n. 46, 1996, p. 10-12.

CASTORINA, J. A; FERREIRO, E.; LERNER, D. et al. **Piaget – Vigotsky**: novas contribuições para o debate. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996. (Série Fundamentos).

DANIELS, H, (Org.). **Vygotsky em foco**: pressupostos e desdobramentos. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 6. ed. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1985. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

FREITAS, M. T. de A. **Vygotsky e Backhtin – psicologia e educação**: um intertexto. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série fundamentos).

FONTANA, R. A C. **Mediação pedagógica na sala de aula**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Coleção educação contemporânea).

KLEIN, L. R. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** 2. ed. São Paulo: Cortez; Campo Grande: UFMS, 1997.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MASSINI-CAGLIARI, G. Erros de ortografia na alfabetização. **Jornal da alfabetizadora**, Porto Alegre, RS: KUARUP, ano VIII, n. 43, 1996, p. 17-18.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (Coleção educação e conhecimento).

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: disciplinas curriculares.** Florianópolis: GOGEN, 1998.

_____, Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: temas multidisciplinares.** Florianópolis: GOGEN, 1998.

SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. de (Orgs.). **A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação.** 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HAIDT, R. C. **Avaliação do processo ensino aprendizagem** São Paulo: Ática, 1988.

VASCONCELOS, C. **Avaliação: concepção libertadora de avaliação escolar.** São Paulo: Libertad, 1994.